
EDUCAÇÃO E A BANALIDADE DO MAL: A FORMAÇÃO DO JUÍZO NA FILOSOFIA DE HANNAH ARENDT

EDUCATION AND THE BANALITY OF EVIL: THE FORMATION OF JUDGMENT IN THE PHILOSOPHY OF HANNAH ARENDT

Ronaldo Gabriel Cordeiro Silva¹

Prof. Dr. José Pedro Luchi²

RESUMO: O presente trabalho busca refletir sobre as possibilidades de uma educação contemporânea que se configure como resistência à banalização, como espaço de formação crítica e de responsabilidade diante do mundo. Inspirado no pensamento de Hannah Arendt, analisa-se como a educação pode responder à crise de sentido e ao esvaziamento ético que caracterizam o mundo moderno. A partir da leitura da obra *A condição humana*, das reflexões políticas de *Entre o passado e o futuro* e, sobretudo, da noção de banalidade do mal presente em *Eichmann em Jerusalém*, procura-se compreender a importância da ação educativa como um ato de renovação do mundo. O estudo propõe que a educação, quando compreendida como espaço de responsabilidade e pensamento, torna-se um ato político fundamental contra a indiferença e a repetição cega de estruturas desumanizantes.

Palavras-chave: Educação; Banalidade Do Mal; Formação Crítica; Responsabilidade.

ABSTRACT: The present work seeks to reflect on the possibilities of a contemporary education that is configured as resistance to banalization, as a space for critical formation and for responsibility before the world. Inspired by the thought of Hannah Arendt, it analyzes how education can respond to the crisis of meaning and the ethical emptiness that characterize the modern world. Based on the reading of *The Human Condition*, on the political reflections of *Between Past and Future*, and above all on the notion of the banality of evil present in *Eichmann in Jerusalem*, it seeks to understand the importance of educational action as an act of renewing the world. The study proposes that education, when understood as a space of responsibility and thought, becomes a fundamental political act against indifference and the blind repetition of dehumanizing structures.

Keywords: Education; Banality of Evil; Critical Formation; Responsibility.

1 INTRODUÇÃO

O percurso intelectual de Hannah Arendt revela uma pensadora que viveu intensamente as contradições do século XX. Nascida em 1906, na Alemanha, e marcada pelo exílio durante o regime nazista, Arendt foi uma grande filósofa que

¹ Centro Universitário Salesiano - Unisales. Vitória/ES, Brasil. E-mail: ronaldo.passio@gmail.com.

² Centro Universitário Salesiano - Unisales. Vitória/ES, Brasil. E-mail: luchi-jp@hotmail.com.

experimentou, de forma concreta, o colapso das instituições políticas e morais que sustentavam o mundo ocidental. Tal vivência despertou nela uma preocupação profunda com a perda do mundo comum e com o enfraquecimento da responsabilidade humana diante da barbárie moderna.

Sua filosofia, enraizada na experiência da ação e do pensamento, propõe uma reflexão nos campos da ética, política e educação, compreendendo-as como dimensões inseparáveis da condição humana, uma vez que ela se dedicou a investigar as rupturas que havia nesses mesmos campos. Como observa Adriano Correia (2014, p. 27), “Arendt pensa a política a partir da experiência do mundo e do plural, recusando qualquer tentativa de reduzir o humano à função ou à utilidade”. A partir dessa perspectiva, o pensamento arendtiano não busca sistemas fechados, mas categorias abertas, capazes de iluminar a complexidade da vida humana em comunidade. A autora trabalha a importância do pensamento, do juízo e da ação responsável como fundamentos para a vida em comum, defendendo que o cultivo do pensamento crítico é essencial para resistir à conformidade e à repetição cega de normas muitas vezes horríveis.

Arendt aponta para uma crise profunda do mundo moderno, crise essa que não é apenas política, mas também existencial e educacional. Ao compreender a educação como o espaço em que o novo pode emergir e em que o mundo é constantemente recriado, Hannah oferece uma chave essencial para pensar os desafios contemporâneos.

Desse modo, pensar a educação à luz de Arendt é reconhecer que ela deve resistir à tendência contemporânea de banalização e tecnificação do saber. Em um mundo regido pela rapidez das transformações e pela lógica da produtividade, a escola corre o risco de converter-se em um espaço de mera transmissão de informações, perdendo sua dimensão formativa e crítica. Como afirma André Duarte (2013, p. 41), “a crise da educação é, em última instância, a crise do próprio pensamento, pois ela traduz a dificuldade moderna de julgar e agir responsavelmente no mundo”.

Essa banalização manifesta-se, portanto, na perda de sentido, na indiferença ética e na substituição do juízo pelo automatismo, características que a própria Arendt identificou ao analisar o fenômeno do totalitarismo. A filósofa percebeu, no julgamento de Adolf Eichmann, que o mal pode ser praticado não por monstros excepcionais, mas por indivíduos incapazes de pensar criticamente sobre seus próprios atos. Essa é a chamada banalidade do mal, conceito que, segundo Samantha Rose Hill (2022, p. 112), “não descreve a ausência de mal, mas a ausência de pensamento, o vazio moral de quem renuncia à responsabilidade”.

Dessa forma, a análise arendtiana da banalidade do mal lança luz sobre as ameaças contemporâneas à formação ética, ao revelar que o mal pode florescer onde o pensamento se ausenta e onde a obediência substitui o juízo. É nesse ponto que a reflexão de Arendt encontra a educação: ambas tratam da responsabilidade pelo mundo e da capacidade humana de começar de novo.

Assim, compreender a educação sob o olhar arendtiano significa entendê-la como ato político, ético e formativo, no qual o pensamento e o julgamento são cultivados como formas de resistência à banalização. Como observa Correia (2010, p. 58), “a educação, para Arendt, é o espaço do entre — entre o velho e o novo, entre o mundo

que se conserva e o mundo que se inaugura com cada nascimento humano”. Educar, portanto, é um gesto de mediação e de compromisso: um ato de confiança na capacidade humana de recomeçar.

Nesse sentido, este trabalho busca refletir sobre as possibilidades de uma educação contemporânea que resista à banalização, promova a formação crítica e reafirme o compromisso com a responsabilidade diante do mundo. Inspirando-se nas contribuições de Hannah Arendt, pretende-se compreender como a escola pode ser um espaço de pensamento e ação, capaz de contrapor-se à indiferença e à automatização que caracterizam a sociedade atual.

Para alcançar esse objetivo, a pesquisa organiza-se em três capítulos interligados. O primeiro capítulo – “Hannah Arendt: vida, exílio e pensamento” apresenta a trajetória biográfica e intelectual da autora, destacando a influência de sua experiência histórica na formulação de seu pensamento. O segundo capítulo – “A banalidade do mal: reflexão ética e política” analisa o conceito arendtiano da banalidade do mal, suas implicações morais e sua atualidade para a compreensão do comportamento humano em sociedades burocratizadas. Por fim, o terceiro capítulo – “Linhas para pensar a educação como resposta” propõe uma leitura da educação como espaço de resistência, de formação crítica e de renovação do mundo comum diante dos desafios da contemporaneidade.

2 HANNAH ARENDT: VIDA, EXÍLIO E PENSAMENTO

Neste primeiro capítulo temos como propósito apresentar a trajetória de Hannah Arendt e compreender como sua experiência de vida marcada pelo exílio, pelo totalitarismo e pela reflexão sobre o mal configurou o núcleo de seu pensamento político e ético. Nascida em 1906, na Alemanha, e formada no ambiente intelectual do entre-guerras, Arendt foi profundamente influenciada pela tradição filosófica alemã, tendo estudado com Martin Heidegger (1976) e Karl Jaspers (1969). Contudo, sua filosofia rompe com os sistemas metafísicos e propõe um pensamento voltado para o mundo da ação humana, da pluralidade e da responsabilidade.

A experiência do exílio e o contato direto com os horrores do totalitarismo marcaram profundamente sua reflexão. Ao ser forçada a deixar a Alemanha nazista por sua origem judaica, Arendt viveu a condição de apátrida, tornando-se, nas suas próprias palavras, “sem lugar no mundo” (*As origens do Totalitarismo*, 1951). Esse desenraizamento a levou a questionar a fragilidade das estruturas políticas modernas e a buscar compreender as condições que tornam possível a convivência humana em um mundo comum. Como pontuou Correia (2014, p. 22), “a biografia de Arendt não é apenas pano de fundo de sua obra, mas o próprio terreno onde seu pensamento se enraíza”.

Assim, compreender a vida e o percurso intelectual de Hannah Arendt é essencial para interpretar as questões centrais de sua filosofia: a liberdade, a responsabilidade e o sentido da ação. Como afirma Samantha Rose Hill (2022, p. 19), “Arendt pensava a partir da experiência e contra o desespero; sua filosofia nasce da dor, mas se orienta para a possibilidade do novo”. O capítulo, portanto, busca evidenciar como o exílio e o pensamento político arendtiano se entrelaçam, revelando uma autora que encontra,

na reflexão e na ação, a possibilidade de resistir à desumanização e de reafirmar a dignidade do mundo humano.

2.1 VIDA E FORMAÇÃO INTELECTUAL

Hannah Arendt nasceu em Linden, Alemanha, em 1906, em uma família judia de classe média. Sua infância foi marcada, sobretudo, pela morte de seu pai, Paul Arendt, quando ela tinha apenas sete anos de idade. Desde jovem demonstrou grande interesse por filosofia, teologia e literatura. Estudou Filosofia na Universidade de Marburgo, onde teve como professor Martin Heidegger, com quem manteve uma relação pessoal e intelectual que marcaria profundamente sua formação. A influência de Heidegger foi decisiva em seu primeiro contato com a fenomenologia e na valorização da experiência concreta do ser, embora Arendt posteriormente se distanciasse de sua filosofia e de suas posições políticas, sobretudo após o envolvimento de Heidegger com o regime nazista. Posteriormente, transferiu-se para Heidelberg, onde concluiu seu doutorado sob a orientação de Karl Jaspers, filósofo que exerceu forte influência em seu rigor ético e em sua compreensão da liberdade.

A formação de Arendt foi marcada pelo contato com o pensamento fenomenológico e existencialista, mas também pela experiência direta das crises políticas de seu tempo. O avanço do nazismo a obrigou a deixar a Alemanha em 1933. Viveu na França por alguns anos e, após ser detida em um campo de internamento, fugiu para os Estados Unidos em 1941, onde se estabeleceu definitivamente. Lá, desenvolveu sua carreira acadêmica, lecionando em universidades como Princeton, Chicago e New School for Social Research, e tornou-se uma das mais influentes pensadoras do século XX.

Arendt faleceu em 4 de dezembro de 1975, em Nova Iorque, deixando inacabado o terceiro volume de *A vida do espírito*. A partir desse horizonte, compreende-se que o pensamento arendtiano não separa ética, política e educação. Sua filosofia da natalidade a ideia de que cada ser humano que nasce representa um novo começo fundamenta uma visão esperançosa e exigente da educação: a de que ela é o meio pelo qual o mundo pode ser constantemente recriado.

2.1.1 O exílio e a experiência do mundo moderno

A experiência do exílio foi decisiva para a construção do pensamento arendtiano. Em suas palavras, o exilado é alguém que perde “o lugar no mundo” não apenas fisicamente, mas simbolicamente. Arendt compreendeu que o totalitarismo moderno não destrói apenas vidas, mas o tecido humano do mundo comum, ou seja, a esfera de relações e significados que sustentam a convivência.

Esse sentimento de ruptura e desenraizamento levou-a a refletir sobre a crise da modernidade, caracterizada pela perda de referências morais e políticas. A filósofa via no século XX uma época marcada pelo colapso das tradições e pelo enfraquecimento das instituições capazes de garantir a vida pública. O totalitarismo foi, para ela, o sintoma mais extremo dessa crise, pois representava a negação da pluralidade humana e a destruição da liberdade.

A partir dessa experiência, Arendt desenvolveu uma filosofia voltada para o recomeço, para a reconstrução de um mundo comum em meio ao caos. Sua obra busca compreender as condições que tornam possível a ação política e a responsabilidade ética num tempo em que o sentido parece esvaziado.

2.1.2 O pensamento de Hannah Arendt: entre política e educação

A obra de Arendt pode ser compreendida como uma tentativa de repensar a condição humana diante da modernidade. Em *A condição humana* (1958), ela distingue três atividades fundamentais: labor, trabalho e ação.

A condição do labor é a própria vida, onde se relaciona com os processos biológicos e tudo aquilo que é necessário para a vida humana e sua sobrevivência. O labor tem relação direta com o que fazemos para nos manter vivos, como por exemplo, comer, beber, plantar, limpar e tantas outras coisas que garantem a vida do homem no seu cotidiano, mas não exige que nada seja duradouro, são ações rápidas e momentâneas.

O labor é uma atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio tem a ver com as necessidades produzidas e introduzidas pelo trabalho no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida (Arendt, 2007, p. 15).

Diferente do trabalho, que cria aquilo que é duradouro e transforma em um mundo humano, onde o homem imprime sua marca de maneira física e prática, na qual outras pessoas poderiam usar e ter acesso àquilo que foi feito por mim, ou seja, o trabalho exige durabilidade, como um pedreiro que constrói uma casa, um artista que faz uma escultura ou até mesmo um artesão que uma mesa. Todo trabalho é mundanidade e tem o dedo do homem.

O trabalho é uma atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, a existência não está necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo «artificial» de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se desti não há como sobreviver e transcender todas as vidas individuais. Uma condição A ação humana do trabalho é uma mundanidade (Arendt, 2007, p. 15).

E diferente do labor e do trabalho, que estão ligados a coisas e matéria, a ação não possui contatos com esses dois campos, mas realiza-se entre as relações interpessoais. A ação tem a função de dar vida a política, de inspirar a convivência social e fazer a história acontecer. Arendt vai fundar seu pensamento sobretudo na pluralidade, ou seja, na diferença entre os homens a ação dá à capacidade dos indivíduos se unirem e iniciarem algo novo, dando um sentido histórico e liberdade à vida humana, já que toda vez que alguém nasce (natalidade) há possibilidades de começar algo novo.

A ação, única atividade que se exerce diretamente entre nós mens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política [...] A pluralidade é a condição da ação humana pelo

fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir (Arendt, 2007, p. 15-16, grifo do autor).

A ação é, portanto, a essência da política e da liberdade. Ela é o modo humano de aparecer no mundo, de criar significados e de estabelecer relações com os outros. A ausência de ação e de pensamento conduz à alienação e à banalização, temas centrais de sua crítica à modernidade.

No campo educacional, Arendt vê a educação como o espaço da responsabilidade. Em seu ensaio “A crise na educação” (publicado em *Entre o passado e o futuro*), afirma que “a educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele”. Educar, portanto, é um ato profundamente político, pois implica preservar o mundo e, ao mesmo tempo, oferecer a ele a possibilidade do novo, representado pelas crianças.

2.2 A BANALIDADE DO MAL: REFLEXÃO ÉTICA E POLÍTICA

Com o segundo capítulo temos por objetivo analisar o conceito de banalidade do mal, formulado por Arendt a partir do julgamento de Adolf Eichmann, em Jerusalém, em 1961. A filósofa surpreendeu o mundo ao descrever Eichmann não como um monstro, mas como um homem comum, incapaz de pensar sobre o que fazia. A partir dessa constatação, Arendt propôs uma reinterpretação radical da natureza do mal, deslocando-o do campo da perversão para o da ausência de pensamento e de juízo moral. Esse deslocamento inaugurou uma nova forma de compreender a ética na modernidade e provocou profundas controvérsias no campo filosófico e político.

A lição que se podia aprender em Jerusalém era a da temível, terrível e bem conhecida realidade: que o mal pode ser banal. Isto é, que pode ser cometido por pessoas comuns, que aceitam ordens sem refletir sobre seu conteúdo moral, que não pensam sobre o que fazem (Arendt, 1999, p. 287).

A “banalidade do mal” não significa a trivialidade do mal, mas sua normalização. Como aponta André Duarte (2013, p. 80), “o mal torna-se banal quando se torna rotina, quando é praticado sem reflexão, sem diálogo interior, e sem a consciência de que o outro é um ser humano”. Assim, o que está em jogo não é a monstruosidade de poucos, mas a fragilidade moral de muitos. A modernidade, com sua burocracia, tecnicismo e impessoalidade, criou as condições para que a irresponsabilidade se tornasse uma forma de vida. Hill (2022, p. 113) acrescenta que “Arendt percebeu no julgamento de Eichmann não apenas o passado do nazismo, mas o retrato do homem moderno: obediente, funcional, sem pensamento próprio”.

Em *A vida do espírito* (2003), ela explora o pensamento não como uma atividade meramente racional, mas como uma forma de diálogo silencioso com a própria consciência. Quando esse diálogo é rompido, perde-se a capacidade de julgar. A autora destaca: “O pensar lida com o invisível, com ausências; mas sem ele, os homens perdem a capacidade de distinguir o certo do errado, o belo do feio, o justo do injusto” (ARENDR, 2003, p. 82).

Dessa forma, o conceito de banalidade do mal ultrapassa o caso Eichmann e se torna uma chave interpretativa para compreender os dilemas éticos e políticos do mundo contemporâneo. Quando o pensamento é silenciado e o julgamento é substituído pela

obediência, o mal pode se reproduzir nas formas mais cotidianas na indiferença, na exclusão, na violência simbólica. Portanto é urgente a reflexão sobre as implicações éticas e políticas dessa banalidade, para que o pensamento seja restaurado e a responsabilidade como fundamentos da vida humana e da convivência social.

2.2.1 O conceito de banalidade do mal

O termo “banalidade do mal” surge a partir da cobertura jornalística que Hannah Arendt realizou do julgamento de Adolf Eichmann, em 1961, em Jerusalém. Eichmann era um oficial alemão, que no período nazista exercia a função de organizar os trens que transportariam os judeus para os campos de concentração. O resultado dessa experiência foi publicado na obra *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (ARENDR, 1999), na qual a filósofa rompe com as interpretações tradicionais do mal como algo demoníaco ou monstruoso.

Antes de ir para o julgamento de Eichmann, Hannah Arendt tinha o pressuposto de que iria encontrar um homem, no mínimo perverso ou até mesmo um monstro ou um exemplar de malignidade humana, como fazia crer a mídia da época. Diante de sua surpresa ao encontrar um homem absolutamente comum, que apenas podia ser caracterizado como tendo um “vazio de pensamento” [...] (Souki, 1998, p. 39).

Arendt identifica em Eichmann o tipo humano que age sem pensar — um funcionário exemplar e moralmente vazio.

O problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais. [...] essa normalidade era muito mais apavorante do que todas as atrocidades juntas, pois implicava que- como foi dito insistentemente em Nuremberg pelos acusados e seus advogados esse era um tipo novo de criminoso, efetivamente *hostis generis humani*, que comete seus crimes em circunstâncias que tornam praticamente impossível para ele saber ou sentir que está agindo de modo errado (Arendt, 1999, p. 299, grifo do autor).

Essa constatação conduziu Arendt a formular uma das ideias mais perturbadoras e originais da filosofia política moderna: o mal pode tornar-se banal quando o indivíduo renuncia à capacidade de pensar e de julgar. Eichmann era um ótimo trabalhador para o sistema nazista, embora não fosse um monstro, fazia atitudes monstruosas, que era o seu trabalho, de maneira muito eficiente e organizada, uma vez que a função dele era simplesmente fazer com que toda estrutura e situação, fosse mais um dia normal no trabalho.

“O homem Eichmann era o perfeito instrumento para levar a cabo a “solução final”: organizado, regular e eficiente tal qual a empreitada de que ele estava encarregado. Na sua função de encarregado do transporte, ele era normal e medíocre e, no entanto, perfeitamente adaptado a seu trabalho que consistia em “fazer as rodas deslizarem suavemente”, no sentido literal e no figurativo. Sua função era tornar a “solução final”, normal. Com sua vaidade e exibicionismo e seus clichês pretensiosos, ele era, ao mesmo tempo, ridículo e ordinário. (Souki, 1998, p. 88)

De acordo com Hill (2022, p. 117), a noção de banalidade do mal “não descreve um mal superficial ou trivial, mas a forma como o mal se infiltra nas estruturas cotidianas quando o pensamento é substituído pela rotina”. Arendt mostra que o perigo do mal

moderno está menos na intenção e mais na ausência de consciência, na incapacidade de manter um diálogo interior, de colocar-se na perspectiva do outro e de julgar as consequências de suas ações.

Podemos fazer um contraponto para compreender melhor a questão do mal, com a ajuda de Hans Jonas, no qual propõe um pensamento voltado para a responsabilidade e adverte que o mal moral se manifesta quando o homem age como se esquecesse que seus atos possuem consequências e sobretudo dão continuidade. Em *O Princípio Responsabilidade*, Hans Jonas mostra que a técnica moderna ampliou o alcance das ações humanas, exigindo uma nova consciência moral, capaz de responder pelo futuro. Assim, a negligência diante das nossas ações, sofrem um impacto ético o que configura o mal. Aqui não é o desejo de destruir que está sendo posto, mas a omissão do homem diante do dever de preservar.

O autor diz:

“Se a natureza cultiva finalidades ou objetivos, como agora supomos, ela também atribui valores. Pois, independentemente da forma como ela estabelece suas finalidades e as persegue, alcançá-las constitui um bem e fracassar constitui um mal. Com essa distinção se inicia a imputabilidade de valor. Mas, no interior da busca previamente estabelecida da finalidade, que comporta apenas vitória ou fracasso, não é possível um julgamento sobre o bem da finalidade. Por isso, tampouco é possível deduzir alguma obrigação que vá além do interesse. (Jonas, 2006, p. 149)”

A partir dessa formulação, vemos que o mal moral, colocado por Jonas, não se caracteriza apenas pelo fracasso diante de uma meta colocada e não alcançada, mas, sobretudo, pela irresponsabilidade diante do valor da vida e de sua finalidade. Aqui retornamos ao pensamento de Arendt, onde o mal toma lugar quando o pensamento e o julgamento ético são silenciados. Dessa forma, podemos fazer uma ressonância com o mal de Jonas e a banalidade do mal, proposto por Hannah Arendt. Enquanto Jonas propõe uma ética preventiva, tendo em vista um futuro consciente e responsável, Arendt vai apresentar uma das grandes consequências da ausência dessa consciência no presente: em ambos, o mal nasce a partir da irresponsabilidade e o silêncio.

Por conseguinte, Correia (2010, p. 76) observa que a banalidade do mal representa, na verdade, “a radical separação entre o pensar e o agir, isto é, o esvaziamento do espaço interior onde o sujeito poderia reconhecer o sentido de suas próprias ações”. Ao transformar-se em mero executor, o indivíduo abdica de sua autonomia moral e dissolve sua responsabilidade na engrenagem do sistema. A filósofa, portanto, denuncia o risco da burocratização da consciência, na qual a obediência substitui o juízo e o dever moral é reduzido a mera eficiência funcional. Como destaca Duarte (2013, p. 83) “o mal banal é aquele que se realiza sem paixão, sem reflexão e sem juízo. É o mal que decorre da ausência de pensamento, da incapacidade de imaginar-se no lugar do outro, e da perda do sentido moral da ação”

A partir dessa análise, Arendt rompe definitivamente com a tradição filosófica que via o mal como uma perversão deliberada da vontade. O perigo maior, segundo ela, não é o mal intencional, mas o mal sem pensamento, aquele que se normaliza e se perpetua por meio de hábitos, ordens e sistemas impessoais. É o mal que se realiza

“sob o disfarce da normalidade”, transformando a violência em rotina e a obediência em virtude.

2.2.2 Implicações éticas e políticas da banalidade

A banalidade do mal, para Arendt, revela uma crise profunda da responsabilidade moral e da vida política moderna. Quando as ações humanas são justificadas pela obediência a ordens superiores, a autoridade e a técnica substituem o juízo ético e o diálogo interior. Assim, o sujeito torna-se incapaz de agir livremente e de responder pelos próprios atos, ameaçando as bases da convivência e da pluralidade humanas. Segundo Duarte (2013, p. 94) “o que Arendt nos mostra é que o mal moderno é possível justamente quando as pessoas deixam de pensar, quando a consciência é silenciada em nome da eficiência e da obediência.”

O pensamento, em Arendt, é o antídoto fundamental contra a banalização do mal. Pensar não é apenas um exercício intelectual, mas um ato ético e político, que permite ao sujeito interromper o fluxo da ação e questionar o sentido do que faz. Como afirma Correia (2014, p. 52), “o pensamento, ao trazer o diálogo silencioso do eu consigo mesmo, impede que a ação se degrade em mera repetição, pois obriga o sujeito a responder a si próprio pelo que faz”. Essa dimensão ética do pensamento conecta-se diretamente à educação, uma vez que a formação crítica é o meio pelo qual se cultiva a capacidade de julgar. Sem pensamento, não há responsabilidade; sem educação, não há possibilidade de renovar o mundo comum. Conforme Hill, “a banalidade do mal continua a nos assombrar porque ela nos lembra de que o pensamento é uma atividade frágil e rara, e que o esquecimento do pensamento é o início de toda catástrofe moral”, reforçando essa leitura. Assim, o desafio ético e político da contemporaneidade, portanto, consiste em reabilitar o pensamento como prática cotidiana, e não apenas como abstração teórica.

O pensamento, como eu o entendo, não produz resultados. Seu produto é a própria atividade de pensar, que é tão fútil quanto a vida é fútil; ambos só se justificam enquanto são vividos. O perigo surge quando o pensar é abandonado, quando os seres humanos se recusam a exercer essa faculdade que, por ser invisível, parece não ter consequências (Correia, 2016, p. 183)”.

No contexto atual, a banalidade do mal se manifesta de formas sutis, na indiferença, na desumanização das relações, na violência simbólica e estrutural que naturaliza o sofrimento do outro. A perda da capacidade de pensar criticamente ameaça transformar a educação em mera reprodução de comportamentos e conteúdo, esvaziando-a de sentido ético e político. Diante disso, torna-se urgente repensar a educação como espaço de resistência à banalização e de formação para a responsabilidade.

2.3 LINHAS PARA PENSAR A EDUCAÇÃO COMO RESPOSTA

Por último, neste terceiro capítulo propomos uma reflexão sobre a educação como resposta ética e política à banalização do mal e à perda do mundo comum. Inspirando-se no pensamento de Arendt, compreende-se a educação como o espaço privilegiado onde o pensamento é cultivado, a pluralidade é reconhecida e a responsabilidade é aprendida. Como afirma a própria autora em *A crise na educação*: “educar é assumir a responsabilidade pelo mundo” (ARENDR, 2007, p. 247). Esse ato de

responsabilidade implica tanto preservar o legado do passado quanto abrir espaço para o novo que chega com cada criança e cada geração.

“Educar é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, por meio da educação, salvá-lo da ruína que, sem a renovação, sem a chegada dos novos e dos jovens, seria inevitável” (Arendt, 2009, p. 271).

A educação, nesse sentido, deve ser entendida como espaço de resistência, não é formar conformistas, mas indivíduos capazes de julgar e agir com responsabilidade. Segundo Correia (2010, p. 91), “a tarefa da educação é manter aberto o espaço da natalidade, o espaço onde o novo pode emergir, onde o humano pode recomeçar”. Contra a tendência contemporânea de tecnificação e instrumentalização do saber, a escola deve reafirmar seu papel formativo, ético e político: o de formar sujeitos capazes de pensar, julgar e agir livremente. A formação crítica é o caminho mais seguro para resistir à banalização e restaurar o sentido da ação humana no mundo.

“A proposta arendtiana exige uma reinvenção da escola como espaço de pensamento. Ela convoca os educadores a resistirem à lógica tecnocrática e a reafirmarem a centralidade do juízo, do discurso público e da convivência plural no processo educativo” (Leão; Andrade, 2021, p. 94).

A partir das leituras de André Duarte (2013) e Samantha Rose Hill (2022), observa-se que a educação é também um ato de esperança e de amor pelo mundo. Ela é o lugar onde o pensamento resiste, onde o humano se renova e onde o mundo encontra possibilidades de continuidade. Ao propor linhas para pensar a educação contemporânea, busca-se reafirmar o sentido político e ético do ato educativo como compromisso com o presente e com o futuro, uma resposta à banalidade e à indiferença, e uma aposta na força transformadora do pensamento e da responsabilidade.

2.3.1 A educação como espaço de resistência

Se o mal se torna banal quando o pensamento é suspenso, a educação deve ser compreendida como o espaço privilegiado de resistência. Hannah Arendt recorda que o mal banal não nasce de uma intenção demoníaca, mas da incapacidade de pensar e julgar moralmente as próprias ações. Assim, a tarefa da educação é cultivar o pensamento e a responsabilidade diante do mundo, impedindo que o agir humano se torne mero cumprimento de ordens ou repetição sem reflexão (ARENDR, 1999; 2007).

Por consequência, e segundo o construto da reflexão de Arendt, educar, por sua vez, é um ato de amor e de compromisso com o mundo e com as novas gerações. É por meio da educação que o ser humano é introduzido em um mundo velho, mas convidado a renová-lo. Como destaca Adriano Correia (2010, p. 91), “educar é manter aberto o espaço da natalidade, isto é, da possibilidade de começar algo novo, de resistir à repetição e à conformidade”. A escola, nesse sentido, deve ser o lugar do pensamento e do diálogo, onde se aprende a julgar, discernir e agir com liberdade. André Duarte (2013, p. 101) enfatiza que “a educação é o exercício político do pensamento, pois nela se decide o destino da responsabilidade humana e a possibilidade da convivência plural”. Assim, resistir à banalização implica criar ambientes educativos que favoreçam o pensamento crítico, a imaginação moral e a escuta ativa.

Com isso, para Samantha Rose Hill “a verdadeira educação arendtiana não busca formar conformidade, mas coragem... de pensar por si mesmo em meio à pressão da coletividade” (2022, p. 154 – grifo nosso). Essa coragem é a base da resistência ética e política frente à banalidade do mal. A formação, portanto, deve ser entendida não como adestramento, mas como cultivo do julgamento e da responsabilidade.

2.3.2 Educação, responsabilidade e mundo comum

Dessarte, Arendt (2007) afirma que educar é assumir a responsabilidade pelo mundo, reconhecendo que cada geração é guardiã do legado humano que deve ser transmitido e renovado. A educação, assim, articula-se entre o passado e o futuro, entre a conservação e a inovação. Quando a educação renuncia a essa responsabilidade, o elo entre as gerações se rompe, e o mundo perde seu sentido compartilhado.

De acordo com que Correia (2014, p. 88) observa “a responsabilidade educativa é, em última instância, uma responsabilidade política: cuidar do mundo para que continue a ser habitável pelos que virão”. A educação, logo, é o espaço em que se ensina a amar o mundo, não um amor idealizado, mas um amor ativo, que se expressa no cuidado, no compromisso e na esperança. Em oposição à visão tecnocrática e utilitarista, que reduz a escola a indicadores e resultados, a perspectiva arendtiana propõe uma educação voltada à formação de sujeitos livres e conscientes. Como salienta Duarte (2013, p. 110) “educar é preservar a possibilidade de começar de novo, é afirmar a humanidade contra as forças da automatização e do esquecimento”.

Assim, pensar a educação como resposta significa compreender que formar criticamente é resistir ao esquecimento, é manter viva a chama do pensamento diante da banalização. A escola torna-se, então, espaço de esperança, onde o humano se renova e o mundo encontra possibilidades de continuidade.

2.3.3 Educação e a dignidade humana: diálogo com o pensamento do Papa Leão XIV

Diante dessas reflexões sobre a responsabilidade e o mundo comum, podemos ampliar a leitura de Hannah Arendt dialogando com perspectivas contemporâneas que igualmente denunciam a redução do humano à mera função e defendem uma educação voltada à dignidade e à liberdade. Nesse horizonte, destaca-se a recente carta apostólica do Papa Leão XIV, *Desenhar novos mapas de esperança* (2025), que propõe uma reflexão profundamente convergente com o pensamento arendtiano.

Arendt, ao distinguir o labor, o trabalho e a ação, aponta que apenas a ação — realizada entre os homens, no espaço público — permite que o ser humano se manifeste em sua singularidade e liberdade. Quando a pessoa é reduzida à função, à produtividade ou ao automatismo, perde-se a capacidade de pensar e julgar moralmente, abrindo caminho para o que a filósofa denominou de *banalidade do mal*: o agir sem reflexão, o cumprimento cego de ordens e a irresponsabilidade diante do mundo.

De modo análogo, Leão XIV adverte contra a tendência moderna de transformar a educação em mero instrumento técnico, submissa à lógica da eficiência e da utilidade.

O Papa denuncia o perigo de um sistema educacional que mede o valor das pessoas apenas pelo desempenho ou pela competência, e não pela dignidade e pela vocação que possuem. “A pessoa não é um ‘perfil de competências’, não se reduz a um algoritmo previsível, mas é um rosto, uma história, uma vocação.” (Leão XIV, 2025, n. 4.1)

Essa afirmação ecoa a crítica arendtiana à transformação do homem em animal *laborans*, cujo valor é medido apenas pela capacidade de produzir e consumir. Para ambos, a educação deve preservar o humano em sua inteireza, como ser de pensamento, liberdade e relação com o outro. “A educação não mede seu valor apenas pelo eixo da eficiência, mas pela dignidade, pela justiça e pela capacidade de servir ao bem comum.” (Leão XIV, 2025, n. 4.2)

Essa convergência mostra que a banalidade do mal também pode manifestar-se no campo educativo, quando o ensino se torna funcionalista e desumanizado. A obediência irrefletida e a formação voltada apenas ao sucesso técnico afastam a educação de sua verdadeira vocação: formar sujeitos capazes de pensar, agir e assumir responsabilidade por suas ações. “A educação que coloca a pessoa no centro e a abre à relação com os outros é o lugar onde nasce a esperança.” (Leão XIV, 2025, n. 5.3)

Em sua exortação apostólica, *Dilexi Te* (2025), o papa afirma:

Para a fé cristã, a educação dos pobres não é um favor, mas um dever. As crianças têm direito ao conhecimento, como requisito fundamental para o reconhecimento da dignidade humana. Ensiná-las afirma o seu valor, equipando-as com as ferramentas para transformar a sua realidade. A tradição cristã considera o conhecimento um dom de Deus e uma responsabilidade comunitária. A educação cristã não forma apenas profissionais, mas pessoas abertas à bondade, à beleza e à verdade (Leão XIV, 2025, n. 72).

Assim, tanto em Arendt quanto em Leão XIV, a educação aparece como antídoto à banalização do mal. Ela deve ser o espaço onde o pensamento e a ação se unem, onde se aprende não apenas a viver, mas a cuidar do mundo comum, resistindo à lógica da instrumentalização e reafirmando a dignidade de cada pessoa como ser de palavra, responsabilidade e esperança.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, orientada pela análise filosófica e hermenêutica dos textos de Hannah Arendt e de seus intérpretes contemporâneos. A escolha dessa metodologia decorre da natureza do problema investigado — a banalidade do mal e suas implicações para a formação do juízo e da responsabilidade na educação —, tema que exige reflexão conceitual e interpretação crítica de fundamentos teóricos.

A abordagem qualitativa permite compreender o fenômeno estudado em sua profundidade e complexidade, considerando o contexto histórico e filosófico em que Arendt desenvolveu seu pensamento. Nesse sentido, a pesquisa não busca quantificar dados, mas interpretar sentidos, analisando os conceitos arendtianos de

pensamento, ação e responsabilidade como chaves de leitura para a crise educacional contemporânea.

O caráter exploratório da investigação justifica-se pelo propósito de ampliar o entendimento acerca da relação entre ética e educação à luz da filosofia arendtiana. Essa perspectiva visa identificar de que modo a noção de banalidade do mal pode oferecer subsídios teóricos para repensar a formação crítica e moral dos sujeitos no contexto atual.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e analítica, sustentada no exame de obras clássicas e comentadores de referência. As principais fontes primárias incluem *Eichmann em Jerusalém* (1999), *A condição humana* (2007) e *Entre o passado e o futuro* (2018), complementadas por estudos interpretativos de Adriano Correia (2010; 2014), André Duarte (2013), Samantha Rose Hill (2022) e outros pesquisadores da interface entre Arendt e a educação. Também foram consultadas fontes complementares, como as reflexões éticas de Hans Jonas e documentos do magistério contemporâneo, como as cartas apostólicas do Papa Leão XIV (2025), que ampliam a discussão sobre dignidade e responsabilidade educativa.

Por fim, esta metodologia não visa propor modelos pedagógicos aplicáveis, mas oferecer uma reflexão teórica consistente, capaz de contribuir para o debate sobre o papel da educação diante da crise do pensamento e da banalização ética na modernidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise desenvolvida demonstra que a filosofia de Hannah Arendt oferece um horizonte fecundo para repensar a educação como espaço de resistência ética e política frente à banalidade do mal. O estudo evidenciou que o fenômeno descrito por Arendt no julgamento de Adolf Eichmann ultrapassa seu contexto histórico, configurando-se como metáfora da alienação moral e do esvaziamento do pensamento que persistem na contemporaneidade.

Os resultados apontam que o mal, em sua forma banal, não se manifesta apenas por ações perversas, mas sobretudo pela ausência de reflexão e pela renúncia ao juízo pessoal. Eichmann representou o indivíduo incapaz de pensar, que obedece mecanicamente, transferindo sua responsabilidade a instâncias superiores. Esse comportamento, segundo Arendt (1999), revela um perigo latente da modernidade: o de converter o ser humano em mero executor de ordens, desprovido de consciência moral.

Ao relacionar esse diagnóstico com o campo educacional, podemos observar que a escola contemporânea enfrenta desafios análogos. A tecnificação do saber, a pressão por resultados e a padronização de condutas podem reduzir a formação à simples reprodução, obscurecendo o espaço da reflexão e da pluralidade. Nessa perspectiva, o fenômeno da banalidade do mal torna-se uma chave interpretativa para compreender as formas sutis de indiferença e desumanização que atravessam o cotidiano educativo.

A partir dessa leitura, nós concluímos que a educação, inspirada no pensamento arendtiano, deve reafirmar-se como ato de responsabilidade e de amor pelo mundo. Educar significa, como afirma Arendt (2007, p. 247), “decidir se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele”. Tal decisão implica formar sujeitos capazes de julgar, de interromper o fluxo da repetição e de agir com liberdade.

Os resultados também revelam a atualidade da filosofia arendtiana diante da crise do pensamento. O mal, como observa Correia (2010), nasce da separação entre pensar e agir; portanto, restaurar o pensamento no campo educativo é restaurar a própria humanidade. Nesse sentido, a escola deve ser compreendida não apenas como instituição de ensino, mas como lugar de juízo, de diálogo e de convivência plural, onde o pensamento se torna exercício ético e político.

Conforme Hill (2022), “a verdadeira educação arendtiana não busca formar conformidade, mas coragem — a coragem de pensar por si mesmo em meio à pressão da coletividade”. Essa observação reforça o entendimento de que a educação deve cultivar a autonomia do juízo, promovendo a resistência ao conformismo e à indiferença.

Em diálogo com Hans Jonas (2006), reconhece-se ainda que a responsabilidade ética possui uma dimensão prospectiva: nossas ações moldam o futuro e exigem consciência de suas consequências. Assim, formar para o pensamento é formar para o cuidado — pelo outro e pelo mundo comum.

Por fim, à luz da carta apostólica “Desenhar novos mapas de esperança” (Leão XIV, 2025), observa-se que a educação, quando reduzida à eficiência técnica, corre o risco de reproduzir o mesmo automatismo denunciado por Arendt. A resposta ética e cristã a essa crise está em recuperar a centralidade da pessoa humana como sujeito de dignidade e esperança.

Conclui-se, portanto, que a educação é o antídoto mais eficaz contra a banalidade do mal, porque restaura no ser humano a capacidade de pensar, julgar e agir responsabilmente. Onde a reflexão é cultivada, o mal banal não encontra terreno fértil. Onde há pensamento, há resistência — e, conseqüentemente, possibilidade de recomeço e de esperança.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender que a filosofia de Hannah Arendt oferece um referencial ético e político indispensável para repensar a educação contemporânea diante dos riscos da banalização do mal. A pesquisa evidenciou que a ausência de pensamento — compreendida por Arendt como incapacidade de julgar e dialogar interiormente — constitui uma das mais graves ameaças à condição humana, pois abre espaço para a indiferença moral e para a reprodução de práticas desumanizantes.

Ao analisar o conceito de banalidade do mal, verificou-se que Arendt não buscava explicar apenas um episódio histórico, mas revelar uma estrutura existencial e política que se repete sempre que o homem abdica de sua responsabilidade pelo mundo. A partir dessa constatação, a educação emerge como o campo privilegiado para restaurar o sentido do pensar e do agir responsável.

O estudo demonstrou que a educação arendtiana não se reduz à instrução técnica nem à mera transmissão de conteúdos; ela é um ato de amor mundi — amor pelo mundo e pelas novas gerações que nele chegam. Educar, nesse horizonte, é cuidar do mundo comum, é preservar o passado e abrir espaço para o novo. Como recorda Arendt (2007), a educação é o ponto em que se decide se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele. Essa dimensão ética do ato educativo reafirma o papel da escola como espaço de resistência ao conformismo e de formação do juízo crítico.

A pesquisa também permitiu reconhecer a atualidade do pensamento arendtiano ao ser colocado em diálogo com autores contemporâneos, como Hans Jonas e Papa Leão XIV, que, a seu modo, convergem na defesa da responsabilidade como princípio moral e pedagógico. Jonas (2006) alerta para o dever ético diante do futuro, enquanto Leão XIV (2025) recorda que a educação deve servir à dignidade e à esperança, e não apenas à eficiência. Essa convergência reforça que a crise educacional não é apenas técnica, mas profundamente antropológica e ética.

Com base nessa leitura, conclui-se que resistir à banalidade do mal implica formar sujeitos capazes de pensar por si mesmos, de agir com liberdade e de responder por suas escolhas. A escola, portanto, deve ser compreendida como laboratório do pensamento e da convivência, onde se aprende a julgar, dialogar e cuidar do mundo

Por fim, este estudo não encerra a discussão sobre a relação entre educação e mal, mas indica um caminho: o de que pensar é o primeiro ato de resistência. Em tempos de indiferença e automatização, o exercício do pensamento é, por si só, um gesto político e espiritual. Assim, reafirma-se que a educação, quando inspirada por Hannah Arendt, é o espaço onde a esperança se renova — porque, ao ensinar a pensar, ela ensina também a amar e a preservar o mundo humano.

REFERÊNCIAS

ARENDR, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Posfácio de Celso Lafer. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDR, Hannah. **As origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARENDR, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDR, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2018.

CORREIA, Adriano. **Hannah Arendt e a modernidade: política, economia e a disputa por uma fronteira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

CORREIA, Adriano. **Natalidade e amor mundi: sobre a relação entre educação e política em Hannah Arendt**. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 811-

822, set./dez. 2010. Disponível em:

<https://revistas.usp.br/ep/article/view/28264/30102>. Acesso em: 2 nov. 2025.

COSTA, Maria Aparecida. **Educação e responsabilidade em Hannah Arendt**. São Paulo: Cortez, 2016.

DUARTE, André. **Hannah Arendt e a educação: pensar sem corrimão**. Petrópolis: Vozes, 2013.

HILL, Samantha Rose. **Hannah Arendt**. Tradução de Juliana de Albuquerque. São Paulo: Contracorrente, 2022.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Tradução de Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LAZZERI, Diogo. **A banalidade do mal e a crise da educação contemporânea**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LEÃO XIV, Papa. **Dilexi te**: exortação apostólica do Sumo Pontífice Leão XIV sobre o amor para com os pobres. [Vaticano]: Libreria Editrice Vaticana, 2025. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiv/it/apost_exhortations/documents/20251004-dilexi-te.html. Acesso em: 2 nov. 2025.

LEÃO XIV, Papa. **Disegnare nuove mappe**: carta apostólica do Sumo Pontífice Leão XIV sobre a evangelização nos novos areópagos. [Vaticano]: Libreria Editrice Vaticana, 2025. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiv/it/apost_letters/documents/20251027-disegnare-nuove-mappe.html. Acesso em: 2 nov. 2025.

OLIVEIRA, Cícero Josinaldo da Silva. Resenha de: CORREIA, Adriano. **Hannah Arendt e a modernidade: política, economia e a disputa por uma fronteira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. *Argumentos - Revista de Filosofia*, [S. l.], v. 6, n. 12, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/19076>. Acesso em: 2 nov. 2025.